

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA E SEUS OBSTÁCULOS A UMA REALIDADE IMPRESCINDÍVEL

SEXUAL EDUCATION IN SCHOOL AND ITS OBSTACLES TO AN ESSENTIAL REALITY

José Barbosa de Sousa Júnior¹

Resumo: O artigo aborda a importância da educação sexual nas escolas e os desafios que impedem sua implementação eficaz. Destaca-se a relevância de abordar questões relacionadas à sexualidade no ambiente educacional, visando fornecer informações adequadas aos estudantes, promovendo uma compreensão saudável e consciente sobre o tema com objetivo de entender a relevância da abordagem pedagógica na educação sexual experimentada em sala de aula por professores e alunos na escola. Através do método qualitativo a pesquisa fundamenta-se na exploração de artigos, entre outros documentos disponíveis em bases de dados e bibliotecas virtuais. Além disso, são discutidos obstáculos que dificultam a concretização dessa realidade, como tabus culturais, resistência por parte de alguns setores da sociedade, bem como, ausência de políticas educacionais abrangentes. O artigo ressalta a necessidade de superar tais barreiras para garantir uma educação sexual inclusiva, que contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a promoção de relações saudáveis e respeitadas ao longo de suas vidas nesse ciclo essencial.

Palavras-chave: Educação Sexual. Escola. Obstáculos. Sociedade.

Abstract: The article addresses the importance of sexual education in schools and the challenges

¹ Mestre e Doutor em Ciências da Educação. Docente nos Anos Finais no Ensino Fundamental e no Ensino Médio

that hinder its effective implementation. Emphasis is placed on addressing issues related to sexuality in the educational environment, aiming to provide appropriate information to students, promoting a healthy and conscious understanding of the subject with the goal of understanding the relevance of the pedagogical approach in sexual education experienced in the classroom by teachers and students at school. Through the qualitative method, the research is based on the exploration of articles, among other documents available in databases and virtual libraries. Additionally, obstacles that impede the realization of this reality are discussed, such as cultural taboos, resistance from certain sectors of society, as well as the absence of comprehensive educational policies. The article highlights the need to overcome such barriers to ensure inclusive sexual education that contributes to the holistic development of students and promotes healthy and respectful relationships throughout their lives in this essential cycle.

Keywords: Sexual Education. School. Obstacles. Society.

INTRODUÇÃO

A educação sexual nas escolas emerge como um tema de crescente importância no cenário educacional contemporâneo, considerando as complexidades e desafios inerentes à formação de indivíduos em sociedades cada vez mais diversificadas. Este artigo busca explorar a relevância da integração da educação sexual no ambiente escolar, enquanto confronta e analisa os obstáculos que impõem barreiras à eficaz implementação dessa prática educacional essencial. É essencial ressaltar, nessa reflexão, que os conteúdos, a extensão e a atribuição de significados sociais aos diversos estágios do ciclo de vida são ajustados por contextos culturais e históricos. A maneira como a vida foi estruturada não é uniforme em todos os tempos, lugares e culturas. Nesse contexto, a concepção de fases específicas da vida, como infância, adolescência e idade adulta, representa uma construção social, e não um fenômeno intrinsecamente natural. (Araújo e Calazans, 2007).

O reconhecimento da necessidade de abordar a sexualidade no contexto educacional é respaldado por uma compreensão cada vez mais profunda da influência que a educação sexual pode exercer no desenvolvimento integral dos alunos, principalmente dos adolescentes. Este processo vai além da mera transmissão de informações biológicas e, ao invés disso, almeja promover uma compreensão saudável, consciente e inclusiva sobre a sexualidade. A educação sexual na escola não apenas fornece conhecimento factual, mas também visa cultivar habilidades de tomada de decisão informada sobre reprodução e doenças sexualmente transmissíveis. (Altmann, 2001).

No entanto, a implementação efetiva da educação sexual nas escolas não ocorre sem desafios significativos. Este artigo explora e analisa esses obstáculos, identificando elementos como tabus culturais, resistência de setores específicos da sociedade e a falta de políticas educacionais abrangentes como fatores que contribuem para a complexidade dessa empreitada. A resistência cultural, por exemplo, muitas vezes se traduz em reticências por parte de alguns segmentos da sociedade em aceitar a inclusão aberta da educação sexual no currículo escolar, o que, por sua vez, impacta diretamente na sua eficácia. Ademais, o currículo se constitui efetivamente quando pensado na construção do sujeito. (Barros et al., 2000).

Outra questão, é a formação continuada desses educadores nesse ramo de ensino. Villa e Prado ressaltam que muitos discursos do senso comum consideram a sexualidade como uma questão privada e familiar. No entanto, no âmbito científico, estudiosas têm destacado a estreita relação entre a instituição escolar, gênero e sexualidade. Apesar da existência de documentos norteadores e normativos dos currículos a nível nacional que abordam elementos relacionados à educação sexual, é possível observar controvérsias na formação inicial de professores, especialmente no que diz respeito ao currículo da Educação Infantil e à formação integral das crianças. Portanto, é necessário refletirmos sobre a potencialidade da formação continuada, a fim de proporcionar subsídios científicos, técnicos e pedagógicos para o trabalho com Educação Sexual junto às crianças, assim como os adolescentes.

Além disso, a ausência de políticas educacionais abrangentes cria lacunas na abordagem uniforme desse tema, tornando a implementação da educação sexual uma experiência heterogênea,

sujeita a variações significativas entre diferentes escolas e regiões. A discussão desses obstáculos e a falta de material didático orientador é fundamental para a identificação de estratégias e soluções que possam superar essas barreiras e permitir a efetiva integração da educação sexual no ambiente escolar. (Bardi e Campos, 2004).

Neste contexto, este artigo propõe uma análise dos desafios associados à educação sexual nas escolas, destacando a importância inquestionável dessa prática e a necessidade premente de superar os obstáculos que comprometem sua plena implementação. Ao compreender esses desafios e explorar soluções potenciais, podemos avançar em direção a uma realidade educacional onde a educação sexual não seja apenas reconhecida como imperativa, mas efetivamente integrada como parte fundamental do processo educativo, contribuindo para o desenvolvimento integral e saudável dos alunos, tal como, sob as perspectivas de gênero e a diversidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sexualidade é uma dimensão essencial da experiência humana, influenciando as interações sociais, emocionais e cognitivas. A escola, como instituição fundamental na formação dos indivíduos, desempenha um papel essencial ao oferecer uma educação sexual que vá além da mera transmissão de informações biológicas. A abordagem adequada desse tema visa promover uma compreensão saudável, consciente e respeitosa da sexualidade, contribuindo para a construção de relações interpessoais equilibradas e para a tomada de decisões informadas ao longo da vida.

O período de transição que marca a passagem do ser humano da infância para a fase adulta é conhecido como adolescência. Esse estágio é caracterizado por uma série de transformações sociopsicológicas e anátomo-fisiológicas, conduzindo o indivíduo a um modelo de vida desconhecido, mas que estabelece padrões e comportamentos que perdurarão ao longo de toda a vida. Durante essa fase, o indivíduo busca afirmar sua própria identidade, distanciando-se das regras e padrões estabelecidos pelos pais, à medida que experimenta mudanças na percepção de seu corpo, despertando para a sexu-

alidade e incorporando novos valores de vida. (Brandão e Heilborn, 2006).

De acordo Cruzeiro et al. (2010) a adolescência é uma etapa repleta de inquietações, que demanda atenção por parte dos pais ou responsáveis, dada a falta de preparo físico e emocional dos jovens para lidar com as complexidades da sexualidade e a saúde reprodutiva, incluindo comportamentos sexuais de risco relacionados às Infecções Sexualmente Transmissíveis, por exemplo. Não é claro em que medida esses jovens possuem conhecimento sobre a prevenção de doenças ao estabelecerem relações interpessoais e íntimas. Além disso, as ansiedades e os desajustes sociais e emocionais desses jovens devem ser compreendidos à luz das mudanças socioculturais e das pressões dos grupos sociais aos quais estão inseridos, como a família, a escola e a comunidade.

Araújo e Calazans (2007) argumentam que as concepções mencionadas anteriormente devem levar em conta que esses indivíduos são também detentores de direitos e têm a capacidade de compreender o verdadeiro significado dos conflitos sociais contemporâneos, além de poderem sugerir caminhos para sua resolução. Desta forma, passam a contribuir para a construção de uma nação que busca incessantemente maior igualdade social para todos.

Além do que, é necessário destacar, que de acordo com Altmann e Martins (2009) a sexualidade está envolta em preceitos éticos e morais que influenciam nossas ações. Alguns desses preceitos são restritivos, enquanto outros são imperativos, delineando o que devemos ou não fazer. Dentro do contexto escolar, os preceitos morais que regem a sexualidade são numerosos e frequentemente orientam os esforços em educação sexual. Contudo, se a sexualidade fosse estritamente regulamentada por preceitos inflexíveis, não haveria espaço para considerações sobre liberdade e autonomia. Se a questão dos direitos sexuais e reprodutivos fosse apenas uma questão de garantia e obediência a direitos preestabelecidos, o indivíduo que se conformar a essas normas não teria a autonomia necessária para tomar decisões ou refletir sobre as situações, já que normas morais e direitos determinariam completamente sua conduta. Isso, no entanto, não resolve completamente os dilemas éticos apresentados pelo campo da sexualidade. Enquanto o hábito e a heteronomia podem ser suficientes para uma concepção específica de moralidade, a ética, entendida como a prática da liberdade, demanda reflexão e

autonomia.

Nesse contexto, como expõe Aquino e Martelli (2012) educação sexual é um conceito mais abrangente, que se empenha constantemente em reformular suas abordagens pedagógicas tradicionais em busca de uma evolução contemporânea, tendo a sexualidade como um dos temas a serem explorados, inicialmente na família e, possivelmente, estendendo-se e solidificando-se na escola. Esse tipo de educação compromete-se a cuidar de maneira contínua da sexualidade das pessoas de forma incondicional, reconhecendo que esta pode se transformar diante das diversas relações sociais em que o indivíduo está inserido, podendo ser construída e reconstruída ao longo do tempo.

Damico Figueiró (2007) traz importantes considerações. Qual seria o papel do professor ao abordar a temática da sexualidade dentro do ambiente escolar? Alguns pais expressam preocupação, temendo que os professores possam transmitir aos seus filhos valores pessoais que divergem dos seus. Por exemplo, pais conservadores que defendem a ideia da virgindade até o casamento, especialmente para as filhas, temem que os professores possam promover valores contrários, encorajando a prática sexual antes do casamento. O oposto também é possível, onde pais que desejam que seus filhos tenham liberdade para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, receiam que professores conservadores possam influenciar com ideias de pecado. Seria ético para os professores impor aos alunos seus próprios valores sobre o que consideram certo ou errado? Certamente não. O papel dos professores é criar oportunidades para reflexão, permitindo que os alunos pensem e discutam entre si, a fim de formar suas próprias opiniões sobre temas como sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade e aborto, entre outros. Além disso, cabe aos professores garantir que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade.

Diante disso, Barros et al. (2000) o currículo escolar vai além da simples transmissão de conteúdos; ele busca explorar as diversas possibilidades e perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas nas quais os estudantes estão inseridos. Longe de ser neutro, o currículo é uma expressão do pensamento humano, manifestando-se por meio de um conjunto de normas planejadas, princípios e, conseqüentemente, leis que têm o potencial de gerar transformações na vida daqueles que optam

por segui-lo.

Apesar disso, o currículo orientador por si só, não gera resultados esperados, Leite et al. (2021) destacam que a conduta discriminatória por parte dos profissionais da escola diante das manifestações da sexualidade dos alunos pode estar vinculada à falta de capacitação para lidar com essa temática. Isso fortalece a disseminação de propostas pedagógicas fundamentadas em concepções religiosas, higienistas e heteronormativas.

Além do mais, Fiorini (2020) orienta que nesse contexto, reforça-se mais uma vez a relevância de prosseguir com estudos sobre o tema em discussão, considerando os diversos obstáculos a serem superados para a implementação de políticas curriculares que abordem as questões de gênero e sexualidade. É crucial perceber o currículo não apenas como uma simples seleção e organização didática de conteúdos, mas como um projeto cultural, social, político e administrativamente condicionado, que molda a atividade escolar e se concretiza nas condições específicas da escola. Adicionalmente, é fundamental reconhecer o papel da escola como agente contribuinte para a transformação da realidade. O que deveria ser aprendido nas escolas vai além dos conteúdos formais, abrangendo as atitudes características de um sujeito consciente e crítico. A partir dessa perspectiva, compreende-se que as questões de gênero e sexualidade devem integrar o currículo escolar.

Outra questão em destaque permeia acerca de alguns retrocessos políticos ideológicos que o Brasil vem enfrentando, e por conseguinte, afeta a educação e faz ascender a necessidade de se ter ignorada a formação continuada dos professores. Villa e Prado (2021) destacam que as pesquisas em Educação apontam para a necessidade de abordar a educação sexual nas formações, tanto inicial quanto continuada, e ao refletirmos sobre as diversas dinâmicas sociais permeadas por preconceitos, violências e exclusões que se manifestam cotidianamente na escola, torna-se evidente a importância de oferecer cada vez mais cursos sobre o tema às docentes. Não podemos ignorar o fato de que a educação escolar pública e gratuita tem sido alvo de vários ataques ideológicos, que se manifestam nas disputas políticas, recentemente intensificadas no Brasil. Esses ataques representam uma rejeição à ciência, desrespeito e desconsideração pelos direitos da criança conforme estabelecidos na legislação

brasileira, constituindo uma afronta aos Direitos Humanos. Além disso, sinalizam para uma política genocida que investe na ignorância e no desconhecimento como meio de atribuir valor diferenciado às vidas, decidindo quais podem ser legitimamente desconsideradas.

Além do mais, Oliveira e Mello (2019) ressaltam que quando se aborda a liberdade de gênero e a diversidade sexual no contexto educacional, observa-se tanto em nível nacional quanto regional um cenário de legislações permeado por contrassensos e contradições. Enquanto algumas normativas oferecem diretrizes claras sobre a temática nos âmbitos social e educacional, outras restringem termos que poderiam promover o diálogo e a equidade. Globalmente, a questão ressoa devido às tradições normativas que moldaram as sociedades ao longo dos séculos; no entanto, o espaço para debates cresce com cada nova manifestação social e documento publicado. Uma proposta eficaz para a troca de ideias e experiências deve visar transformar a escola em um ambiente de equilíbrio social e ético na busca por igualdade e paz. Esse esforço deve abranger questões importantes relacionadas à saúde, como a discussão sobre iniciação sexual, pornografia, violência e prostituição. Torna-se evidente que o debate sobre liberdade de gênero e diversidade sexual não se restringe aos conceitos de orientação e sexualidade, abrangendo uma ampla gama de possibilidades e oportunidades de diálogo sobre cidadania, ética e o papel histórico da educação na sociedade.

Diante desses enfrentamentos, é essencial destacar a necessidade premente de superação dessas barreiras para garantir uma educação sexual inclusiva e eficaz. A sociedade deve encarar a sexualidade como uma parte natural da experiência humana, desmistificando tabus e promovendo uma visão mais aberta e esclarecida sobre o assunto. A formação contínua dos educadores, aliada a políticas educacionais claras e abrangentes, é essencial para assegurar que a educação sexual na escola cumpra seu papel vital na formação integral dos jovens, preparando-os para uma vida adulta mais consciente.

METODOLOGIA

O presente artigo se apresenta na forma de uma abordagem qualitativa exploratória por meio de pesquisa bibliográfica com a intenção de formular hipóteses complementares do problema, pois os estudos das ciências humanas não são totalmente definidos em um embasamento fechado de mera compreensão simplista.

A investigação bibliográfica é conduzida com base em material já existente, principalmente composto por livros e artigos científicos. Embora a necessidade de algum tipo de trabalho nesta natureza seja comum em quase todos os estudos, há pesquisas que são desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Muitos estudos exploratórios, por exemplo, podem ser classificados como pesquisas bibliográficas. Além disso, as pesquisas que abordam ideologias e aquelas que buscam analisar diversas perspectivas sobre um problema também são frequentemente realizadas quase que exclusivamente com base em fontes bibliográficas. (Gil, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem da educação sexual nas escolas é um tema intrinsecamente complexo e, muitas vezes, cercado por obstáculos que desafiam a sua efetiva implementação. Ao considerar a importância dessa educação no desenvolvimento integral dos estudantes, torna-se imperativo refletir sobre as barreiras que impedem a concretização dessa realidade imprescindível. Neste cenário, alguns pesquisadores discutem o tema na atualmente de diversas maneiras; alguns permeiam a falta de legislação impositiva, outros discutem a temática através das perspectivas culturais, questões religiosas, entre outras, assim como, alguns mais atentos às novas realidades, se orientam nas relações de gênero e diversidade sexual.

Cassiavillani e Albrecht (2023) afirmam que uma abordagem sistemática da Educação Sexual que ultrapasse as fronteiras da biologia e contemple as complexas temáticas de gênero e sexu-

alidade continua a provocar reações e objeções acaloradas. Mães, pais e responsáveis, assim como representantes de instituições públicas e privadas, grupos religiosos e, até mesmo, educadores, por vezes, manifestam resistência a essa abordagem. Essa aversão, em alguns casos, é motivada pela concepção equivocada de que a sexualidade se limita ao desejo e ato sexual. Além disso, há a percepção de que discutir essas questões é uma responsabilidade exclusiva da família. Entretanto, é fundamental destacar que a sexualidade abarca diversos outros aspectos da vida humana e se manifesta de maneiras distintas em todas as etapas do desenvolvimento. Em termos gerais, a sexualidade é interpretada como uma descrição abrangente para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente moldadas. Diversas lacunas legislativas e interrupções no histórico dos Planos Nacionais de Educação e das políticas públicas de apoio à temática. Observa-se uma série de iniciativas e projetos isolados, espaçados e de curta duração para a efetiva promoção da Educação Sexual, o que torna desafiadora a consolidação sustentável desse trabalho.

Além disso, Silva et al. (2023) retratam a desconsideração da educação sexual nas atuais diretrizes, entendendo que, apesar dos esforços para a construção de um Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2010 a 2020, com a intenção de abordar as diversas facetas da educação sexual no contexto escolar, o segundo documento do PNE para o período de 2014 a 2024, aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, limitou-se ao Art. 2º. Este artigo delinea as diretrizes do PNE (2014-2024) com uma abordagem superficial sobre a educação sexual, removendo os termos "orientação sexual", "sexualidade" e "diversidade de gênero". Nos incisos do mencionado artigo, são apresentadas diretrizes com ênfase na promoção da cidadania, no respeito aos direitos humanos e na luta contra qualquer forma de discriminação, deixando de abordar as discussões relacionadas à sexualidade humana.

Desse diálogos, diversos obstáculos impedem que essa visão se concretize plenamente. Um dos desafios mais evidentes é a presença de tabus culturais que cercam a discussão aberta sobre sexualidade. Sousa Júnior (2023) orienta que são numerosos os obstáculos enfrentados ao abordar a Educação Sexual nas instituições educacionais, onde docentes, devido a limitações em qualificação e falta

de informações atualizadas, se veem impedidos de orientar sua prática pedagógica nesse domínio. Como resultado dessa falta de preparo, os principais impactados são os estudantes, que, diante das dificuldades dos educadores em conduzir essa educação, muitas vezes se veem incapazes de expressar suas indagações, permanecendo em silêncio. É notável que a sexualidade também se desenvolve nas repressões apáticas do cotidiano dessas pessoas, o que contribui para a complexidade da situação.

Além disso, a resistência de alguns setores da sociedade, muitas vezes influenciados por crenças religiosas ou valores conservadores, cria barreiras adicionais à implementação efetiva da educação sexual. Sobre essas questões, Moura e Silva (2023) estabelecem que merece investigação com urgência a instrumentalização da religião, uma vez que ela propicia a subordinação da crença religiosa, especialmente quando associada ao conservadorismo moral presente na tradição cristã brasileira, ao discurso político autoritário. Assim como ocorreu nos movimentos fascistas que buscavam impor uma ordem autoritária e opressora à sociedade, utilizando conteúdos religiosos para esse propósito, atualmente, o discurso religioso é empregado como meio de angariar apoio ao conservadorismo social e político, além de servir como justificativa para preconceitos profundamente enraizados. Observamos que a instrumentalização da religião é uma estratégia para legitimar a manutenção de valores conservadores tanto na escola quanto na sociedade, perpetuando o modelo de família heterossexual monogâmica e a estrutura patriarcal. Através de artifícios como esses, os movimentos conservadores e autoritários, que se organizam em oposição à diversidade sexual e de gênero, impedem a construção de uma escola que seja verdadeiramente democrática e inclusiva.

A falta de capacitação adequada dos profissionais da educação é outro entrave significativo. A abordagem da educação sexual requer sensibilidade, atualização constante e uma compreensão aprofundada das questões envolvidas. A ausência de preparo adequado dos educadores compromete a qualidade da educação sexual oferecida, gerando lacunas na compreensão e no apoio aos estudantes. Ribeiro et al. (2023) destacam a relevância da abordagem interdisciplinar nesse tema, ressaltando que é imperativo que todo o corpo docente da escola esteja devidamente preparado, buscando assegurar um processo efetivo na educação sexual por meio de diversos enfoques. Propõem que a abordagem

da educação sexual seja realizada de maneira transversal, integrando todas as disciplinas do currículo escolar, com professores devidamente capacitados. Conforme apontado pelos autores, a maioria dos educadores não se sente seguro em relação aos seus conhecimentos e práticas na temática da educação sexual, muitas vezes limitando-se ao conteúdo presente nos livros de ciência e biologia, que abordam predominantemente a anatomia e fisiologia da reprodução, além de temas relacionados à prevenção da gravidez e infecções sexualmente transmissíveis.

Adicionalmente, a ausência de políticas públicas e educacionais abrangentes que normatizam a inclusão da educação sexual no currículo escolar contribui para a heterogeneidade na sua implementação. A falta de diretrizes claras pode resultar em variações significativas entre escolas e regiões, comprometendo a uniformidade e a eficácia da abordagem. Nesse cenário, a família e a sociedade como um todo são importantes atores. Santos et al. (2023) comentam que possuir um entendimento adequado das transformações que ocorrem na puberdade, especialmente em relação à sexualidade, é elementar para preservar o bem-estar e a saúde, contribuindo para a prevenção de gravidezes não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis. Assim, a educação sexual desempenha um papel fundamental no contexto familiar. Embora a família seja a base do processo educacional sobre esse tema, a sociedade em geral também deve desempenhar o papel de orientar os adolescentes a respeito da sexualidade. Contudo, abordar questões que envolvem intimidade, tabus e curiosidade não é uma tarefa simples. Adicionalmente, a sexualidade na adolescência constitui um problema de saúde pública, sugerindo que o ambiente escolar pode ser utilizado como um espaço para implementação de políticas públicas voltadas à discussão da educação sexual.

Diante dessas discussões acadêmicas, percebe-se que o cenário atual tem reais preocupações com os impactos causados nos últimos anos em relação à educação sexual. O tema, que deveria ser amplamente difundido nas escolas, passa por questões de retrocesso embasado por políticas conservadoras e religiosas que deslegitimam a importância desse ensino na vida dos jovens, por conseguinte, as atividades sexuais e as suas consequências, como doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada na adolescência, são algo que merecem respaldo de toda a sociedade, portanto, não seria

coerente ignorá-la no ambiente que consiste no desenvolvimento do ser humano que é a escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a abordagem da Educação Sexual nas escolas emerge como um imperativo incontestável para o desenvolvimento integral dos estudantes. No entanto, os obstáculos enfrentados para sua implementação eficaz são inegáveis e complexos. Desde tabus culturais até resistências de setores da sociedade, passando pela carência de políticas educacionais abrangentes, a trajetória para concretizar essa realidade é permeada por desafios e retrocessos.

A superação desses obstáculos requer um comprometimento conjunto de educadores, gestores, pais e da sociedade em geral. É fundamental reconhecer que a educação sexual vai além de informar sobre anatomia e fisiologia; ela busca promover uma compreensão saudável e consciente da sexualidade, contribuindo para o desenvolvimento de relações respeitadas e saudáveis ao longo da vida dos estudantes.

A sexualidade permeia todos os estágios de nossa existência, ao longo de todo o ciclo vital. Na escola, sua abordagem deve visar informar, orientar e educar o indivíduo, proporcionando diretrizes que orientem sua prática sexual e sua vivência da sexualidade de maneira emancipatória, justa e genuína. Fundamentada em princípios éticos, morais e de bons costumes, essa abordagem busca uma perspectiva tanto presente quanto futura, focalizada na promoção da saúde e prevenção de doenças biológicas, sociais e afetivas. Estas últimas podem surgir como reflexo de uma vivência pessoal repleta de incertezas, dúvidas, angústias, baixa autoestima, inquietações e desequilíbrio emocional, sendo, por vezes, exacerbadas por conflitos sociais, familiares, religiosos, políticos e econômicos.

Nesse sentido, a prática disciplinar representa uma abordagem pedagógica cada vez mais desgastante quando fechada para as novas realidades em diversas áreas do conhecimento. Isso cria obstáculos significativos para a discussão de temas relacionados à sexualidade no cotidiano da instituição escolar em análise. Observa-se uma limitada integração entre as disciplinas em seu currículo,

indicando uma necessidade premente de uma mudança de paradigma. A adaptação de hábitos, estratégias técnicas e didáticas, assim como a revisão de recursos e metodologias de ensino, torna-se imperativa diante do cenário globalizado, onde o conhecimento e os saberes estão em constante evolução.

Por isso, a relevância dos cursos de formação continuada destaca-se como um elemento imprescindível para superar as dificuldades enfrentadas pelos educadores ao abordar temas relacionados a perguntas dos alunos sobre sexo e sexualidade humana em sala de aula. A clareza nas respostas e o atendimento às indagações dos estudantes constituem atividades essenciais no âmbito escolar, uma vez que a escola é um ambiente onde o diálogo e a troca de informações são constantes, contribuindo para a construção e mediação do conhecimento.

Sendo assim, ao adotar uma abordagem pedagógica fundamentada na reflexão, diálogo e acesso a informações claras e científicas, é possível criar um ambiente educacional que fomente a autonomia, o respeito à diversidade e a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação à sua sexualidade. Dessa forma, a educação sexual na escola pode transcender os obstáculos existentes, emergindo como uma realidade inescapável e fundamental para o pleno desenvolvimento e bem-estar dos alunos, pois a educação sexual vai além das questões de sexualidade, elas tratam também das violências, preconceitos e questões relacionadas ao gênero.

Portanto, o pensamento e o repensar relacionados à educação sexual na escola motivam as emoções e sentimentos, à luz da sexualidade, estimulando os estudantes a discernir atitudes lógicas fundamentadas em ideais de vida associados a valores éticos e morais, de acordo com as relações interpessoais estabelecidas. Por essa razão, com toda a sua magnitude, esse tipo de educação fomenta o debate e a reflexão, proporcionando uma perspectiva diferenciada em relação ao próprio ser e à sexualidade, livre de preconceitos e tabus, comprometida com uma qualidade de vida de excelência.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Camila; MARTELLI, Andrea Cristina (2012). “Escola e educação sexual: uma relação necessária.” IX ANPED-SUL. Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. Consultado a

12.01.2024, em <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12558294/escola-e-educacao-sexual-uma-relacao-ucs>.

Altmann, Helena. (2001). “Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais.” *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 9 (2), p. 575-587. Consultado a 12.01.2024, em <https://www.scielo.br/j/ref/a/PthD6cgdcDC7MMvJw5zxXDr/?format=pdf&lang=pt>.

Altmann, Helena; Martins, Carlos José. (2009). “Educação Sexual: ética, liberdade e autonomia.” *Educar em Revista*, 35, p. 63-80. Consultado a 12.01.2024, em <https://www.scielo.br/j/er/a/LwmhPjks-PdYrwjkM4NdRXCw/?format=pdf&lang=pt>.

Araújo, Téo Weingrill; Calazans, Gabriela. (2007) “Prevenção das DST/Aids em adolescentes e jovens: brochuras de referências para os profissionais de saúde. São Paulo: Secretaria da Saúde/Coordenação Estadual de DST/AIDS.” Série: Prevenção às DST/aids. Consultado a 12.01.2024, em https://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/homepage///cartilhas_para_prevencao_de_dstaids_em_jovens_.pdf.

Bardi, Juliana; Campos, Luciana Maria Lunardi. (2004). “Produção de materiais didáticos para temas de orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental.” Trabalho de conclusão de curso. [Licenciatura em Ciências Biológicas]. UNESP. São Paulo. Consultado a 12.01.2024, em <https://dooplayer.com.br/7157091-Producao-de-materiais-didaticos-para-temas-de-orientacao-sexual-nas-series-iniciais-do-ensino-fundamental.html>.

Barros, Suzana da Conceição de et al. (2000). “Sexualidade no Currículo Escolar: Disciplinaridade ou Transversalidade?” VII EMPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências. Florianópolis. Consultado a 12.01.2024, em <https://fep.if.usp.br/~profis/arquivos/viiempec/VII%20ENPEC%20-%202009/www.foco.fae.ufmg.br/cd/pdfs/879.pdf>.

Brandão, Elaine Reis; Heilborn Maria Luiza (2006). “Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil.” *Revista Cadernos de Saúde Pública*, 22 (7), p. 1421-1430. Consultado a 12.01.2024, em <https://www.scielo.br/j/csp/a/3ZNVy3hX9G3NC8Qpc-Gb5XwR/?format=pdf&lang=pt>.

Cassiavillani, Thiene Pelosi; Albrecht, Mirian Pacheco Silva. (2023). “Educação sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos.” *Educação em*

Revista, 39, p. 1-23. Consultado a 13.01.2024, em <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjL-GgcZRScv/?format=pdf&lang=pt>.

Cruzeiro, Ana Laura Sica et al. (2010). “Comportamento sexual de risco: fatores associados ao número de parceiros sexuais e ao uso de preservativo em adolescentes.” *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (1), p. 1149-1158). Consultado a 12.01.2024, em <https://www.scielo.br/j/csc/a/RNtskTfL5T7nL4w9b-NvryRq/?format=pdf&lang=pt>.

Damico Figueiró, Mary Neide. (2007) “Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola.” *Revista Linhas*, 7 (1), p. 1-21. Consultado a 12.01.2024, em <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323/1132>.

Fiorini, Jéssica Sampaio (2020). “Educação Sexual na Escola.” Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 197 p. Consultado a 12.01.2024, em <https://books.scielo.org/id/7mdtb/pdf/fiorini-9786559540068.pdf>.

Gil, Antônio Carlos. (2002). “Como elaborar projetos de pesquisa.” 4. ed. São Paulo: Atlas.

Leite, Fernanda et al. (2021) “Atuação em Psicologia Escolar: intervenções com profissionais sobre educação sexual.” *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, 25, p. 1-4. Consultado a 12.01.2024, em <https://www.scielo.br/j/pee/a/DxvWdFqcGGtLb43v6KvTZwG/?format=pdf&lang=pt>.

Moura, Claudia Helena Gonçalves; Silva, Pedro Fernando da. (2023). “Escola sem Partido e Conservadorismo Moral: Instrumentalização da Religião, Sexualidade e Gênero.” *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, p. 1-18. Consultado a 13.01.2024, em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7Q9DnTy-j3ZyPWb4y8NYST3C/?format=pdf&lang=pt>.

Oliveira, Paulo Victor Poncio de; Melo, Lúcia de Fátima. (2019). “Liberdade sexual e de gênero na rede de educação do Acre: observando o contexto local.” *Revista Teias*, 20 (57), p. 40-61. Consultado a 13.01.2024, em <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v20n57/1518-5370-tei-20-57-0040.pdf>.

Ribeiro, Rayane Brandão et al. (2023). “A importância da formação dos professores em Educação Sexual para o Novo Ensino Médio.” *Revista Docência e Ciberultura*, 7 (1), p. 1-22. Consultado a 13.01.2024, em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/68406/0>.

Santos, Bruna Carneiro et al. (2023). “Obstáculos para a dialogicidade entre a escola e os adolescentes sobre sexualidade.” Revista Educação Pública, 23 (9), p. 1-15. Consultado a 13.01.2024, em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/9/obstaculos-para-a-dialogicidade-entre-a-escola-e-os-adolescentes-sobre-sexualidade>.

Silva, Paloma de Oliveira et al. (2023). “Sociedade e Educação Sexual: influências do conservadorismo político-religioso nos documentos norteadores do ensino básico brasileiro.” Pré-impressão Scielo. Consultado a 13.01.2024, em <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5803/11229>.

Souza Júnior, José Barbosa. (2023) “Educação sexual na escola [livro eletrônico]: dificuldades de uma realidade necessária.” João Pessoa, PB: Periódicos. Consultado a 13.01.2024, em <https://www.periodicos.cojs.com.br/index.php/hp/article/view/1808/1595>.

Villa, Thaís; Prado, Vagner Matias do. (2020) “Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil.” Revista Cocar, 14 (30), p. 1-17. Consultado a 23.01.2024, em <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3502>.